

## Senadores decidem manter prisão de Delcídio do Amaral

Em votação aberta no Plenário, 59 parlamentares apoiaram decisão do STF pela detenção, 13 rejeitaram e 1 se absteve

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Casa viveu ontem um dos dias mais dolorosos de sua história por ter de decidir se manteria ou derrubaria a decisão do Supremo Tribunal Federal de prender o senador Delcídio do Amaral. O Plenário manteve a prisão. Delcídio foi detido ontem de manhã sob a suspeita de negociar a fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para prejudicar a Operação Lava-Jato. **4 e 5**



Renan Calheiros preside a sessão extraordinária em que o Plenário votou pela manutenção da prisão do senador Delcídio do Amaral (foto ao lado), determinada pelo STF: foi a 1ª vez que houve uma votação desse tipo no Senado

Fotos: Ana Volpe e Jefferson Rudy/Agência Senado

### Vai a Plenário proposta sobre prazo para licenças ambientais

Projeto que cria procedimento especial para acelerar a liberação de licenças ambientais de obras consideradas estratégicas e de interesse nacional

foi aprovado ontem pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. A pedido do autor, Romero Jucá, vai ser analisado em Plenário. **3**



Comissão que analisa propostas da Agenda Brasil aprova projeto de Jucá

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ministério afirma que país não vai ficar sem energia **7**

Sobe o número de homicídios de mulheres negras **6**

Resposta a pedido de calamidade pode ter de sair em 2 dias **3**

Governo diz que Rio São Francisco não entrará em colapso **7**

Vira lei dispensa de visto a estrangeiro durante Olimpíada **2**



Debate sobre idosos na Comissão de Assuntos Sociais foi conduzido por Lobão

### Para debatedores, políticas de apoio a idosos não são aplicadas no dia a dia

Os governos não estão colocando em prática como deveriam o conjunto de programas e políticas previstos em leis e destinados aos idosos do

país, cerca de 25 milhões de pessoas. A avaliação foi feita ontem em debate no Senado. Entre os principais problemas, está a falta de ações na saúde. **8**

### Senado abre 9ª edição da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Até 3 de dezembro, Casa organizará exposições, cursos, palestras e apresentações culturais sobre o respeito às pessoas com

deficiência. Na abertura da semana, o senador Romário citou a Lei Brasileira de Inclusão, que entrará em vigor em janeiro de 2016. **2**



Romário na abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Genardo Magalhães/Agência Senado



**16 Dias de Ativismo**  
pelo fim da violência contra a mulher  
25/11 a 10/12

A violência é virtual, mas o sofrimento é real.

CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal | Secom | Publicidade e Marketing

# Parlamentares dizem que Lei de Inclusão mudará o país

Senador Romário e deputada Mara Gabrilli falaram na abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Nova lei, depois de tramitar por 15 anos no Congresso, entrará em vigor em janeiro

FOI ABERTA ONTEM, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, a 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Conhecidos pela atuação em defesa da causa, o senador Romário (PSB-RJ), que preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), e a deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP) ressaltaram a importância da igualdade e do respeito à pessoa com deficiência e da sanção da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que entra em vigor em 2 de janeiro de 2016, após 15 anos em tramitação no Congresso.

— Tenho consciência de que essa lei não corrige por completo o histórico de injustiças sofridas em nosso país pelas pessoas com deficiência, mas abre para elas uma nova perspectiva de autonomia e de

inserção social e profissional — disse Romário.

Mara afirmou que será uma lei de profundo impacto no Brasil, já que modifica o Código Civil, o Estatuto da Cidade, o Código Eleitoral e o Código de Defesa do Consumidor.

— Em janeiro, começa todo o processo para que a gente faça que a Lei Brasileira de Inclusão seja cumprida. Uma grande novidade é a definição de quem é a pessoa com deficiência, levando em conta o meio em que ela está inserida. Essa definição vai provocar mudanças no mercado de trabalho, nos meios de transporte e principalmente na visão de quem é pessoa com deficiência. Não olharemos as pessoas por um código de doença, mas por aquilo que elas têm de funcional — afirmou Mara, que é tetraplégica.

Também compuseram a mesa o embaixador da Grã-Bretanha no Brasil, Alex Ellis, o diretor-geral-adjunto de Gestão do Senado, Gustavo Ponce de Leon, e a representante do Ministério da Saúde, Vera Lúcia Ferreira Mendes. Estiveram ainda na abertura estudantes de sete escolas inclusivas da rede pública do Distrito Federal e alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A programação deste ano tem como tema “Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei Brasileira de Inclusão: do papel à realidade”. A proposta é discutir o assunto por meio de exposições, cursos, palestras e apresentações culturais até o dia 3 de dezembro, data em que se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.



Pedro Franco/Agência Senado

Foi inaugurada ontem a exposição *Design de Informação — Senado Federal na era digital*, no Salão Branco. São 16 vídeos e 22 infográficos que marcam o uso das tecnologias digitais pelo site Senado Notícias. O conteúdo multimídia foi produzido nos últimos anos pela equipe de arte e jornalismo da Secretaria Agência e Jornal do Senado.

## Sancionada dispensa de visto para estrangeiro na Rio 2016

O governo poderá dispensar de visto estrangeiros que venham para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016. A Lei 13.193/2015, publicada ontem no *Diário Oficial da União*, determina que o benefício seja disciplinado em portaria dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo.

Segundo a lei, que não define os países a serem contemplados, poderão ser dispensados de visto de turismo viajantes que ingressem no Brasil até 18 de setembro de 2016, data de encerramento dos Jogos Paralímpicos. Os turistas poderão ficar 90 dias no país e não precisarão comprovar a compra de ingressos.

A dispensa, proposta no PLC 149/2015, foi aprovada no Senado em 28 de outubro.



Romário fala na abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência: em destaque, a Lei Brasileira de Inclusão

## Blairo elogia decisão sobre pesquisa de câncer

Blairo Maggi (PR-MT) elogiou decisão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação de destinar cerca de R\$ 10 milhões para pesquisa sobre o uso em humanos da fosfo-etanolamina no tratamento do câncer.

A substância vem sendo desenvolvida há cerca de 20 anos por pesquisadores da USP de São Carlos e foi distribuída gratuitamente até 29 de setembro, apresentando resultados positivos na contenção e na redução de vários tumores.

— Sinto-me na obrigação de cobrar empenho para que haja investimentos e, assumindo que a molécula seja comprovada como medicamento, que seja produzida em quantidade para a população. A fosfo-etanolamina é uma esperança para milhares de brasileiros e não brasileiros mundo afora.

## Viana quer alterar meta para redução de gases emitidos

Jorge Viana (PT-AC) propôs ontem a alteração das metas de redução das emissões de gases do efeito estufa. Para o senador, deve ser transformado em lei o compromisso assumido pela presidente Dilma Rousseff em setembro na Organização das Nações Unidas (ONU).

A proposta estipula a redução das emissões para 37% até 2025 e para 43% até 2030. Viana disse que a iniciativa fará com que o Brasil chegue com mais autoridade à conferência climática COP-21, em Paris, na próxima semana.

— Se vincularmos nossa economia à conservação de nossos recursos, vamos ter um modelo de desenvolvimento que servirá de referência mundial.

## Valadares lamenta falecimento de ex-prefeito em SE

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, no atual cenário de descrédito da classe política, é dever de justiça destacar a atuação de Horácio Fontes, de 85 anos, ex-prefeito de Boquim (SE), que morreu no sábado.

Segundo Valadares, Fontes fiscalizava pessoalmente as obras, as despesas e os gastos da Prefeitura de Boquim num período em que os órgãos de fiscalização não existiam ou não tinham a devida estrutura.

— O político, seja ele quem for, não deve ter medo da fiscalização, não deve ter medo do Ministério Público, da CGU nem da Polícia Federal porque, se ele tiver uma conduta retilínea, os órgãos de fiscalização vão atrás de outros.



Gerônimo Magalhães/Agência Senado



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Comércio agropecuário**  
8h Audiência interativa para instruir o PLC 49/2015, sobre a comercialização e o fluxo de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos importados.
- CPI DO CARF Relatório**  
9h A CPI lê o relatório final.
- CDH Critérios para adoção**  
9h30 A comissão analisa, entre os 12 itens da pauta, o PLS 531/2013, sobre critérios para adoção.
- CMO Orçamento de 2016**  
9h30 Reunião extraordinária da comissão para discussão da Lei Orçamentária de 2016.
- CCJ Organização das polícias**  
10h A comissão promove audiência interativa para discutir segurança pública e organização das polícias, visando instruir a PEC 102/2011.

- CE Eleições para o ensino superior**  
10h A comissão realiza audiência pública interativa para debater o PLS 379/2013, sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior.
- CRE Minerais em faixa de fronteira**  
10h A comissão analisa o PLS 398/2014, sobre a pesquisa de recursos minerais em faixas de fronteira, e mais 6 itens.
- PRESIDÊNCIA Consciência negra**  
11h Renan Calheiros preside sessão de homenagem ao Dia da Consciência Negra e entrega da Comenda Abdias Nascimento; às 16h, a ordem do dia.
- SESSÃO ESPECIAL Abdias Nascimento**  
11h Sessão especial destinada ao Dia Nacional da Consciência Negra e entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento.
- PLENÁRIO Recursos para ministérios**  
14h Pauta trancada pela MP 697/2015.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• **Alô Senado:** 0800 612211  
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Romero Jucá (E), ao lado de Otto Alencar e Blairo Maggi, diz que o projeto de autoria dele não impede nenhum órgão de dar parecer, apenas estabelece prazos

## Avança projeto que acelera licenças ambientais para obras estratégicas

Comissão especial aprovou a criação de prazos para que todo o processo dure no máximo oito meses. Proposta segue para o Plenário

### AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou projeto que acelera a liberação de licenças ambientais para grandes empreendimentos de infraestrutura, com a criação de um procedimento especial para obras “estratégicas e de interesse nacional”.

O PLS 654/2015 integra a Agenda Brasil — pauta listada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico.

O autor, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou recurso para a proposta, que seguiria direto para a Câmara dos Deputados, passar antes por votação no Plenário do Senado. De acordo com o texto,

o Poder Executivo indicará, por decreto, obras sujeitas a licenciamento ambiental especial. O órgão licenciador terá 60 dias para analisar o projeto e os estudos ambientais apresentados e solicitar esclarecimentos. Depois disso, terá mais 60 dias para decidir.

Todo o processo levará entre sete e oito meses. O licenciamento normal, observou Jucá, pode levar até cinco anos.

— O projeto não tira direito de nenhum órgão de dar seu parecer ou se manifestar. O que se propõe são prazos para que isso aconteça — disse.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), argumentou que o rito do licenciamento ambiental freia o desenvolvimento brasileiro e afasta novos investimentos, nacionais e internacionais.

O projeto recebeu 7 votos favoráveis e 2 contrários. Cristovam Buarque (PDT-DF) reconheceu que obras são emperradas em nome da sustentabilidade, mas disse temer que o PLS 654/2015 fragilize ainda mais o cuidado com o meio ambiente.

— O projeto diz que o descumprimento de prazos implica a aquiescência ao processo de licenciamento. Aqui, abre uma porta para que, com qualquer ineficiência de um dos órgãos, o projeto seja aprovado mesmo que seja nocivo ao meio ambiente — ponderou o senador, que apresentou voto em separado.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) avaliou que o projeto torna o país ainda mais vulnerável a desastres ambientais, como o

que ocorreu no início do mês em Mariana (MG). O senador disse que criar um “rito sumário para o licenciamento ambiental” é ir na contramão da história.

### Emenda

Pelo texto, poderão ser contemplados empreendimentos voltados aos sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos, energia e telecomunicações. Emenda acatada pelo relator retirou da proposta a autorização de licenciamento especial para empreendimentos que explorem recursos naturais.

— O licenciamento foi feito na barragem que se rompeu em Mariana. Não tem nada a ver com essa regra aprovada aqui — disse Jucá.

## Pedido de calamidade pode ter resposta em 2 dias

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto que estabelece prazo de 48 horas para o Ministério da Integração Nacional reconhecer ou não a situação de emergência ou calamidade pública requerida por estados, municípios e pelo Distrito Federal. O prazo

inclui a análise de documentação e a emissão de parecer com a decisão.

O PLC 130/2015, do deputado João Arruda (PMDB-PR), altera a Lei 12.340/2010, que trata da transferência de recursos da União para prevenção e recuperação em áreas de risco e atingidas por desastres.

A relatora do projeto, Simone Tebet (PMDB-MS), ressaltou a importância do texto num momento em que o país enfrenta a repercussão do rompimento de barragem da mineradora Samarco em Mariana (MG).

— Qualquer que seja a origem [dos desastres], eles

demandam pronta resposta do poder público. Quem perde tudo o que possui preserva do seu passado apenas o que conseguiu guardar na lembrança — afirmou a senadora.

O texto ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois será votado no Plenário.

## MP sobre participação de bancos públicos em financeiras tem parecer favorável

O relatório sobre medida provisória que permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal adquirirem participação em instituições financeiras foi apresentado ontem na comissão mista que analisa a MP 695/2015.

O relator, deputado Ságua Moraes (PT-MT), propôs a aprovação. O parecer deve ser votado na quarta-feira.

A medida autoriza participação dos dois bancos em insti-

tuições públicas ou privadas, inclusive do ramo previdenciário, até 31 de dezembro de 2018 (a Lei 11.908/2009 trazia a autorização até 30 de junho de 2011, com prorrogação por até 12 meses). O texto permite que a loteria instantânea Lotex (raspadinha) possa explorar comercialmente eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais e licenciamentos de marcas ou personagens.

## Medida que extingue oito ministérios fica para terça

A comissão mista sobre a medida provisória da reforma administrativa, que redesenha a estrutura de ministérios e de órgãos da Presidência da República, adiou a votação do relatório de Donizeti Nogueira (PT-TO) para terça-feira.

O senador apresentou ontem parecer pela aprovação da MP 696/2015, com mudanças pontuais feitas após audiências públicas e análise de 60 emendas. A medida integra o pacote fiscal do governo, que visa

e elevar a arrecadação em 2016.

— Havia a necessidade de reduzir o tamanho da estrutura do governo federal, ouvindo os setores que dela dependiam e que perderiam o status de ministério — disse o relator.

Donizeti manteve a fusão dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social e a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, cujas funções serão transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sugeriu,

## Comissão debate organização das polícias e segurança

A segurança pública e a organização das polícias serão discutidas em audiência pública hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O assunto é tratado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 102/2011, de iniciativa de Blairo Maggi (PR-MT), que tramita em conjunto com as PECs 40/2012, 19/2013, 51/2013 e 73/2013.

A PEC 102/2011 abre a possibilidade de a União e os estados criarem uma polícia única. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) é relator da proposta e também autor de um dos requerimentos para o debate.

### Municípios

O outro foi apresentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que pediu a participação municipal na discussão, por meio do convite ao presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil, Oséias Francisco da Silva.

Outros convidados deverão participar do evento, como o presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Pedro da Silva Cavalcanti; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Jones Borges Leal; o presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, Silvio Benedito Alves; o presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Eduardo Benito Jorge; e o vice-presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, Carlos Jorge da Rocha.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Em votação aberta, senadores decidem manter Delcídio preso

Por 59 votos a 13, Plenário aceitou a decisão do Supremo Tribunal Federal pela prisão do líder do governo no Senado. Delcídio foi detido ontem pela Polícia Federal sob a suspeita de negociar a fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e assim tentar prejudicar a Operação Lava-Jato

O PLENÁRIO DO Senado decidiu ontem manter na prisão o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo na Casa. Numa sessão extraordinária — a primeira da história para deliberar sobre a prisão de um senador —, os senadores acolheram a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela prisão do colega, com 59 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção.

Delcídio foi preso ontem de manhã pela Polícia Federal por suspeita de obstrução da Operação Lava-Jato, que investiga um esquema de corrupção na Petrobras. A prisão preventiva foi autorizada pelo ministro do STF Teori Zavascki após a apresentação de provas pelo Ministério Público Federal.

Segundo Teori, o senador negociou a fuga do ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró para evitar uma possível colaboração premiada com a Justiça. Em troca do silêncio, seriam oferecidos R\$ 50 mil mensais à família de Cerveró, que está preso desde janeiro.

A sessão extraordinária foi realizada para cumprir o que determina a Constituição em caso de prisão de senador (artigo 53). No entanto, o texto constitucional, na avaliação dos senadores, é vago sobre a forma de votação, se aberta ou sigilosa. Esse ponto provocou debate por mais de duas horas.

Questionado por vários senadores, o presidente da Casa, Renan Calheiros, decidiu pela votação secreta, de acordo com o que determina o Regimento Interno do Senado (artigo 291). Mesmo assim, imediatamente Renan transferiu ao Plenário a palavra final sobre a forma da votação, e a maioria dos senadores decidiu pela aberta.

## “Precedente perigoso”

Os debates continuaram durante todo o processo de votação no painel eletrônico. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), justificou seu voto pelo relaxamento da prisão de Delcídio por temer que se abra um “precedente perigoso”:

— Imagine se a partir de agora os Tribunais de Justiça resolverem mandar prender deputados estaduais sem o entendimento de ter sido em flagrante. O que estamos defendendo aqui é um princípio da democracia.

Na oposição, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que Delcídio ainda não foi condenado e tampouco exerceu seu direito de defesa, mas ressaltou a existência de indícios fortes que apontam o envolvimento do petista, a partir da gravação de diálogos “sórdidos, chocantes, acabrunhantes”.

— Há indícios de caracterização de organização criminosa para impedir investigação crimi-



Senadores participam da sessão em que o Plenário decidiu manter a prisão de Delcídio do Amaral, que é suspeito de tentar atrapalhar investigações da Operação Lava-Jato

nal, propiciando fuga de pessoas que poderão ser sentenciadas, prometendo meios materiais para isso, prometendo atuar junto a um ministro do STF e ao vice-presidente da República para comprar o silêncio de Nestor Cerveró, que, nas suas delações, poderia envolver mais pessoas. Há indícios de organização criminosa, o que

não permite concessão de fiança — afirmou o senador.

## Imunidade parlamentar

Aloysio ressaltou que a imunidade parlamentar não é “patrimônio pessoal”, mas “atributo do mandato, e não do seu titular”, a quem ela não confere o direito de abusar do mandato.

Antes da divulgação do resul-

tado, o ministro Edson Fachin, do STF, deferiu duas ações dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) pela votação aberta no Senado. A decisão gerou debates, dessa vez sobre o equilíbrio entre os Poderes.

Afirmou Renan: — A polícia vir aqui cumprindo ordem judicial, isso é democrá-

tico, natural. Nós é que precisamos dar respostas. O que não é democrático é permitirmos que se prenda um congressista no exercício do mandato sem culpa formada. Talvez um dia possamos avaliar o que significou este dia para o Legislativo brasileiro.

Integra do pedido de prisão feito pelo STF: <http://bit.ly/oficio88>

# Renan destaca respeito à Constituição e resposta rápida do Senado, em menos de 24 horas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Casa viveu ontem um dos dias mais dolorosos da história da instituição por ter de decidir se a prisão do senador Delcídio do Amaral deveria ser revogada ou mantida.

Ainda assim, segundo Renan, os senadores cumpriram o que manda a Constituição e, em menos de 24 horas, deram a resposta.

— Rapidamente nós decidimos e o resultado foi a manutenção da decisão do Supremo Tribunal Federal. É evidente que um assunto como esse, que pela primeira vez acontece na República, acaba tendo posições divergentes. Acho que, para o Brasil melhorar, o Executivo tem

que ser cada vez mais Executivo, o Legislativo tem que ser cada vez mais Legislativo e o Judiciário tem que ser cada vez mais Judiciário — afirmou.

Ao mesmo tempo em que defendeu o fortalecimento dos Poderes da República, Renan advogou a importância da independência de cada um deles.

— O equilíbrio entre os Poderes é fundamental para a democracia. Quando o arquiteto fez a Praça dos Três Poderes, não colocou um Poder no centro. Cada um fica em um lado da praça. É esse o equilíbrio que precisamos manter. Fundamentalmente, a democracia depende disso — avaliou.

O senador disse que, a partir de agora, serão abertas as vo-

tações para decidir se prisões de senadores em exercício de mandato são constitucionais.

O Regimento Interno do Senado prevê que as votações devem ser secretas, mas a maioria dos senadores defendeu o contrário.

— Nós já avançamos com a ampliação das modalidades de voto aberto. Essa não estava incluída, mas hoje, com a deliberação da maioria do Senado Federal, ela passa a valer — explicou o parlamentar.

Renan Calheiros disse que é prematura qualquer informação sobre quais serão os próximos passos quanto ao futuro de Delcídio do Amaral como representante de Mato Grosso do Sul no Senado Federal.



Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a Casa viveu ontem um dos dias mais dolorosos em toda a história da instituição

## Os votos

Veja, abaixo, como votou cada senador. Foram 59 votos favoráveis à prisão, 13 contrários e 1 abstenção

### SIM

- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- Acácio Neves (PSDB-MG)
- Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
- Ana Amélia (PP-RS)
- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
- Benedito de Lira (PP-AL)
- Blairo Maggi (PR-MT)
- Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
- Cristovam Buarque (PDT-DF)
- Dalirio Beber (PSDB-SC)
- Dário Berger (PMDB-SC)
- Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- Douglas Cintra (PTB-PE)
- Eduardo Amorim (PSC-SE)
- Elmano Férrer (PTB-PI)
- Eunício Oliveira (PMDB-CE)
- Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
- Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
- Hélio José (PSD-DF)
- Ivo Cassol (PP-RO)
- Jader Barbalho (PMDB-PA)
- João Capiberibe (PSB-AP)
- José Agripino (DEM-RN)
- José Maranhão (PMDB-PB)
- José Medeiros (PPS-MT)
- José Serra (PSDB-SP)
- Lasier Martins (PDT-RS)
- Lidice da Mata (PSB-BA)
- Lúcia Vânia (PSB-GO)
- Magno Malta (PR-ES)
- Marcelo Crivella (PRB-RJ)
- Marta Suplicy (PMDB-SP)
- Omar Aziz (PSD-AM)
- Otto Alencar (PSD-BA)
- Paulo Bauer (PSDB-SC)
- Paulo Paim (PT-RS)
- Raimundo Lira (PMDB-PB)
- Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
- Reguffe (PDT-DF)
- Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
- Ricardo Franco (DEM-SE)
- Roberto Requião (PMDB-PR)
- Romário (PSB-RJ)
- Romero Jucá (PMDB-RR)
- Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- Rose de Freitas (PMDB-ES)
- Sandra Braga (PMDB-AM)
- Sérgio Petecão (PSD-AC)
- Simone Tebet (PMDB-MS)
- Tasso Jereissati (PSDB-CE)
- Valdir Raupp (PMDB-RO)
- Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
- Vicentinho Alves (PR-TO)
- Waldemir Moka (PMDB-MS)
- Walter Pinheiro (PT-BA)
- Wilder Moraes (PP-GO)
- Zeze Perrella (PDT-MG)

### ABSTENÇÃO

- Edison Lobão (PMDB-MA)



Cássio Cunha Lima apresentou questão de ordem em defesa do voto aberto

## Modalidade de voto a ser usada provoca polêmica em Plenário

A forma de deliberação sobre o caso provocou debate entre os senadores logo no início da sessão extraordinária de ontem. Foram quase duas horas de argumentos de um lado e de outro. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou uma questão de ordem e citou a Constituição (artigo 53, EC 35/2001) para defender o voto aberto. Segundo o senador, a falta do adjetivo “secreto” no texto constitucional evidencia que o voto aberto seria a modalidade própria para o caso de prisão de parlamentar. Ele admitiu que o Regimento Interno aponta o voto secreto para a situação, mas ponderou que o texto constitucional deve ser respeitado e que o voto aberto passou a ser regra.

— Não há motivo para comemorar, mas é preciso não confrontar as instituições — disse, em referência ao Supremo e ao Senado.

Para Randolfe Rodrigues, a prisão de Delcídio não é motivo de alegria. O senador, no entanto, defendeu o voto aberto. Ele também apresentou uma questão de ordem e disse que é preciso separar as relações pessoais da necessidade de cumprimento da Constituição.

— Em um momento grave da nação é que se impõe o senso de responsabilidade do homem público. Não tem razoabilidade o Regimento Interno da Casa ser superior à Constituição — ponderou.

## Direito da sociedade

Outra questão de ordem no mesmo sentido foi apresentada por Reguffe (PDT-DF).

Cristovam Buarque (PDT-DF), João Capiberibe (PSB-AP), Lasier Martins (PDT-RS), José Medeiros (PPS-MT), Magno Malta (PR-ES), Ana Amélia (PP-RS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também apoiaram o voto aberto. Blairo Maggi (PR-MT) disse ter dificuldade em “julgar os outros”, mas apontou que a sociedade tem o direito de saber como vota cada senador.

Para Ronaldo Caiado, a prisão de Delcídio cria uma situação constrangedora para o Senado. Ele disse que o mo-

mento atual é diferente daquele em que foi feito o Regimento Interno e acrescentou que a sociedade pede transparência por parte dos parlamentares.

Waldemir Moka (PMDB-MS) reconheceu que a situação é difícil para ele e para Simone Tebet (PMDB-MS), por serem do mesmo estado que Delcídio.

Moka, porém, defendeu o voto aberto por entender que o eleitor sul-mato-grossense tem o direito de saber como votam seus representantes.

## Segurança jurídica

Para José Pimentel (PT-CE), a preocupação deveria ser encontrar o método de votação que garanta a maior segurança jurídica ao processo em questão. Segundo o senador, a legislação precisa ter maior peso que a “vontade do legislador”. Ele destacou que a Emenda Constitucional 76 é explícita para mostrar que, no caso de veto e perda de mandato, o voto deve ser aberto.

Na visão de Pimentel, se a Constituição não identifica a modalidade de voto no caso de prisão de parlamentar, é porque deve prevalecer o texto do Regimento Interno — que determina o voto secreto para o caso.

Na mesma linha, Telmário Mota (PDT-RR) disse que o regimento deve ser seguido, com a ausência de definição clara na Constituição sobre a modalidade do voto. Para o senador, defender a lei é defender o voto secreto.

Já na avaliação de Jader Barbalho (PMDB-PA), o Senado é que deve decidir seu rito de votação. Ele destacou que o Regimento Interno aponta o voto secreto. Reconheceu que a situação não deixa “ninguém confortável” e disse que não entrava “no mérito da questão”. Segundo Jader, “o drama de Delcídio” não deveria ser o centro do debate, mas sim “a vida do Senado, que é maior que todos os senadores”.

— Eu me recuso a interpretar a Constituição subtraindo um poder que é do Senado. O voto secreto é o voto da autonomia — declarou.

## Gabinete divulga nota oficial, assinada por advogado

O gabinete de Delcídio do Amaral divulgou na tarde de ontem nota assinada pelo advogado do senador sobre a prisão, ocorrida pela manhã. O texto argumenta que a Constituição não autoriza prisão processual de detentor de mandato parlamentar. Leia na íntegra:

## Inconformismo

A defesa do senador Delcídio do Amaral manifesta inconformismo em relação à decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal e a convicção de que o entendimento inicial será revisto. Questiona-se o fato de que as imputações tenham partido de um delator já condenado, que há muito tempo vem tentando obter favores legais com o oferecimento de informações. Questiona-se também a imposição de prisão a um senador da República que nem sequer possui acusação formal contra si. A Constituição federal não autoriza prisão processual de detentor de mandato parlamentar e há de ser respeitada como esteio do Estado democrático de direito.

Maurício Silva Leite, advogado do senador Delcídio do Amaral

## Cristovam estimula a discussão sobre os erros dos políticos

Antes da sessão extraordinária, o senador Cristovam Buarque subiu à tribuna do Plenário e classificou a prisão como uma tragédia para o Parlamento e como uma situação que demanda consciência pessoal e respeito ao povo. Ele ressaltou o apreço dos senadores por Delcídio, mas lembrou que a Casa teria que decidir diante de indícios de obstrução da Justiça.

Cristovam disse que uma votação secreta comprometeria a instituição e acrescentou esperar que o caso estimule a discussão sobre erros do conjunto da classe política, que, para ele, levam alguns a cometer erros individuais.

— Eu quero que, na hora do meu voto, o povo saiba como eu votei, que os juízes saibam como eu votei, que o amigo nosso, Delcídio, saiba como eu votei. Eu quero que o meu voto seja público — afirmou.



Audiência na Comissão de Direitos Humanos girou em torno do *Mapa da Violência 2015*, que revelou que os homicídios dessa parcela da população cresceu mais de 50% em uma década

# Aumentam os assassinatos de negras no país

OS DADOS DO *Mapa da Violência 2015*, elaborado por iniciativa da ONU Mulheres, mostram que 13 mulheres foram mortas por dia no Brasil em 2014. Entre 83 países, o Brasil ocupa a incômoda quinta posição entre os mais violentos contra a mulher.

As informações foram destacadas no debate feito ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para comemorar o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o quadro atual ainda é grave, apesar de todos os instrumentos legais colocados à disposição da Justiça para coibir agressões contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Os dados levantados pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que elaborou o *Mapa da Violência 2015*, também revelam o aumento da violência contra as mulheres negras no Brasil. Em dez anos, os homicídios de negras aumentaram 54%, passando de 1.864 em 2003



O senador Paulo Paim medeia a audiência organizada por ocasião do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher

para 2.875 em 2013. No mesmo período, os homicídios de outras mulheres caíram 9,8%.

A secretária da Mulher Trabalhadora da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Ailma Maria de Oliveira, afirmou que o ativismo contra todas as formas de violência envolvendo as mulheres vai se espalhar por todas as cidades brasileiras.

Ela ressaltou que é preciso denunciar e manifestou preocupação com a mentalidade da juventude:

— Nós precisamos refletir por que nossa juventude tem

se tornado machista e conservadora. Os jovens se declaram machistas e condenam as mulheres, sob o argumento de que elas, com “atitudes indecentes”, incentivam os casos do estupro e até a morte.

Em sua opinião, a impunidade amplia a violência:

— O Judiciário ainda interpreta de forma machista e, em várias ocasiões, aponta que a vítima contribui para a agressão. Esse comportamento dos juízes intimida a mulher, que se sente insegura na hora de denunciar o agressor e lamentavelmente morre calada.

Paim lembrou que seus “alagozes, na maioria dos casos, são os maridos, namorados e parceiros”:

— Pessoas em quem elas deveriam poder confiar, mas que acabam se tornando seus carrascos.

Lideranças sindicais presentes ao debate na CDH denunciaram várias formas de violência sofridas pela mulher no local de trabalho, inclusive no serviço público. Erilza Galvão dos Santos, secretária de Gênero, Raça, Etnia e Opressões da Confederação dos Trabalhadores no Serviço

Público Federal (Condsef), criticou a forma como o setor público trata as mulheres, em particular as negras.

— Falar de violência contra a mulher no serviço público é falar de uma administração pública cujas formas de gestão estão longe, muito longe, de uma gestão democrática, que valorize o trabalho decente, que combata práticas e atitudes num processo de trabalho que afeta a saúde da mulher trabalhadora — alertou.

De acordo com Erilza, as políticas de recursos humanos, como avaliação de desempenho, com a classificação de servidores em categorias e políticas salariais baseadas em gratificações, “são na realidade aspectos de uma competição dura, desleal, entre trabalhadores e organizações”:

— Essas políticas reforçam o individualismo, o desprezo pelo trabalho em equipe, o desprezo pela tolerância, o desprezo pela solidariedade.

Ela afirma que esse contexto acaba criando um ambiente favorável à violência sexista no trabalho.

## Bancada feminina faz campanha contra violência à mulher

A bancada feminina do Congresso iniciou a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. A ideia é debater medidas de combate à violência e ampliar os espaços de discussão.

Um desses instrumentos foi o lançamento do blog *mulheresnocongresso.com*, pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que divulgará os trabalhos.

Para a presidente da comissão, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), os enfrentamentos são muitos e incluem o combate à discriminação racial. Segundo ela, 66% dos assassinatos contra a mulher são em relação à negra.

— Nós vamos, a partir desses dados, focar em questões mais pontuais para obter maiores resultados. Está muito claro para nós que o problema não é mais a lei, é a

prevenção. É mudar a mentalidade dos jovens brasileiros, é a mudança de paradigma para que possamos ter jovens menos violentos — afirmou.

Para o sociólogo Julio Jacobo, autor do estudo *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, o conservadorismo é o grande empecilho para situações como as reveladas na pesquisa, que mostram o assassinato de 13

mulheres por dia no país.

— Estamos sofrendo uma reação conservadora também com o tema da mulher, o homem está reagindo muito violentamente à emancipação, à mobilização da mulher.

A campanha vai de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.



Simone, presidente da comissão, fala em abertura da campanha no Congresso

## Para Lídice, iniciativa foca autoestima e empoderamento

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou o início da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Ela explicou que se trata de uma mobilização anual em que setores da sociedade civil focam na autoestima da mulher e no empoderamento feminino. E no Brasil, acrescentou Lídice, foi adotado o slogan “Uma vida sem violência é um direito da mulher.”

— Entre 2001 e 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios no país. O *Mapa da Violência 2015* revela que 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por familiares e 33,2 %, por parceiros ou ex-parceiros.

## Vanessa espera que mobilização gere benefícios ao país

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou ontem o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres e lamentou que o problema ainda seja comum em todo o mundo.

A senadora destacou que ontem também começou no Congresso a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher:

— As mulheres têm direito a uma vida digna, segura, livre da violência, do assédio ou de qualquer tipo de coação. É por isso que vamos lutar nessa campanha. Que seja um período proveitoso de discussões e que gere bons frutos para o benefício de toda a nossa sociedade, no Brasil e no mundo inteiro — afirmou Vanessa.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Brasil não vai ficar sem energia, garante ministério

Em audiência ontem no Senado, secretário-executivo de Minas e Energia disse que, apesar das quedas dos reservatórios por falta de chuva, população brasileira não corre risco de desabastecimento

A POPULAÇÃO BRASILEIRA não corre riscos de desabastecimento crônico de energia, como em 2002, apesar da forte queda das chuvas nas Regiões Sudeste e Nordeste. É o que garantiu o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, em audiência pública ontem na Comissão de Infraestrutura (CI).

Para o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que mede mensalmente o risco de desabastecimento, a possibilidade de crise no fornecimento à Região Nordeste em 2016 é zero e, para a Região Sudeste, o índice é de apenas 1,2%.

— Portanto, bem abaixo do índice de 5%, que o comitê considera inicialmente de preocupação de risco nesse tipo de análise — destacou Barata.

O secretário-executivo admitiu que a escassez de chuvas tem provocado fortes quedas nos reservatórios, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste. No Sudeste, o índice de armazenamento está hoje em 27%; no Norte, em 20%; e no Nordeste, em apenas 5,4%.

— Ainda assim, o risco para essa região é zero, pois ela é suprida também por um enorme parque eólico, um conjunto de usinas térmicas e pela integração com as Regiões Sudeste e Norte — disse.

## Matriz principal

Barata lembrou que a matriz hidrelétrica continua sendo a prioritária em nosso país, com as térmicas vindo em segundo lugar. Segundo ele, há um cenário recente de investimentos na fonte eólica superando a biomassa. O secretário informou que o país explora cerca de 34% do potencial hidrelétrico, com investimentos nos próximos 15 anos que deverão possibilitar a exploração de

outros 33% desse potencial.

— Os 33% restantes não são passíveis de exploração, devido a restrições sociais e ambientais — explicou.

Nos próximos 15 anos, disse, o país deverá estar explorando em toda a potencialidade sua principal matriz energética, a hidrelétrica. Isso cria um cenário em que se torna premente o olhar para outras fontes, como gás, carvão, energia nuclear e as fontes limpas, como a solar e a eólica.

Em termos de energia nuclear, Barata lembrou a enorme eficiência das usinas de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e informou que o país necessitará de pelo menos quatro novas usinas até 2030 e outras quatro até 2040.

O secretário-executivo elogiou o Senado pela aprovação da Medida Provisória 688/2015, que compensa as hidrelétricas pelo deficit na geração de energia em virtude de escassez de chuvas. O ministério avalia que esse novo cenário possibilitará investimentos da ordem de R\$ 13 bilhões no leilão previsto para fevereiro.

Também participou da audiência o presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Mozart Siqueira. Ele criticou a prioridade dada pelo governo à construção da Usina de Belo Monte, afirmando que o país deveria hoje explorar melhor o enorme potencial para energia eólica.

Ele defendeu a adoção de políticas públicas restritivas ao uso massivo de chuveiro elétrico e criticou fortemente o governo pelo que considera uma gestão “centralizada e intervencionista” no setor nos últimos anos. Na avaliação dele, tal modelo, que levou a uma artificial redução da tarifa em 2012, só estaria sendo cor-

rigido a partir deste ano. Nesse esforço, estaria a aprovação da MP 688.

## Queda de consumo

Para o presidente da Abragel, parte da ausência de risco de desabastecimento estaria na forte crise econômica, que levou em 2015 a quedas de consumo nas Regiões Sul (6%) e Sudeste (1%) e a um crescimento bem menor no Nordeste (de 8% para 1%).

João Carlos Meirelles, secretário de Energia de São Paulo, destacou os investimentos feitos no estado em parceria com a iniciativa privada, incluindo a exploração vinculada ao gás proveniente da Bolívia e ao pré-sal.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo pelo que considera falhas de planejamento e gestão na construção da Usina de Belo Monte. O senador condenou a condução do setor de energia durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

— Na prática, ela desestruturou, quebrou esse setor e agora está mandando a população pagar a conta — afirmou.

Lasier Martins (PDT-RS) também criticou as medidas tomadas por Dilma e questionou os investimentos em energia nuclear, num momento em que países como a Alemanha estão banindo essa modalidade.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Hélio José (PSD-DF) pediram mais investimentos em novas fontes renováveis, principalmente a eólica e a solar.

— O Nordeste só não corre risco por enquanto por causa do uso das termelétricas, que são caras. A energia eólica é que resolve estruturalmente esse problema — destacou Valadares.



Ana Volpe/Agência Senado

O senador Fernando Bezerra Coelho (3º à esq.) preside audiência sobre o rio

## Para governo, não há risco de Rio São Francisco entrar em colapso

Representantes do governo disseram ontem no Senado que não há risco de o Rio São Francisco entrar em colapso por causa da seca. Eles participaram de uma audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Diretor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Luís Napoleão Casado disse que, para recuperar o rio, a entidade tem acompanhado o uso de bombas de irrigação e a construção de canais de adução e patrocinado ações de desassoreamento.

— A sociedade pode estar segura de que a Codevasf vai tomar atitudes antes que o pior aconteça — disse.

O presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, disse que tem feito reuniões com representantes de órgãos envolvidos com o Rio São Francisco. Segundo Guillo, as decisões e ações conjuntas desses órgãos foram essenciais para a manutenção da reserva da Usina de Sobradinho. A redução de vazão das hidrelétricas foi uma dessas decisões.

Para o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, as medidas preventivas são importantes para garantir o consumo de água ao longo do rio. Ele reconheceu que 2014 e 2015 foram anos críticos em relação às chuvas, mas disse que há uma expectativa de melhoria nas regiões do Médio e do Alto São Francisco por causa do início da estação chuvosa.

## Água do mar

A coordenadora-geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Ibama, Regina Coeli Generino, informou que o instituto tem acompanhado a situação do São Francisco. Ela disse que o rio exige cuidados e relatou uma série de ações do Ibama em favor do rio. Como exemplo, citou o acompanhamento da cunha salina, que é o avanço da massa salgada do oceano em direção ao rio. Segundo Regina, quanto mais chuva, menor a cunha salina e, assim, menor o risco de comprometimento da água doce.

O superintendente de

Operação e Contratos de Transmissão de Energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), João Henrique Franklin Neto, informou que a água da Barragem de Sobradinho ocupa apenas 1,7% de sua capacidade. Segundo ele, é o menor índice desde o início das operações da barragem, em 1979. O superintendente registrou que o volume está 40 centímetros abaixo do mínimo considerado operativo.

## Volume morto

De acordo com o Franklin Neto, a expectativa é que não haja necessidade de uso do volume morto, por causa da chegada das chuvas. Com a barragem no volume morto, Sobradinho poderia não mais gerar energia. Se isso ocorrer, acrescentou, a usina poderá liberar a vazão para que a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso possa gerar mais energia. Ele disse que se ações preventivas, como o controle de vazão, não tivessem sido tomadas, Sobradinho teria enfrentado uma crise mais grave ainda em 2014:

— Apesar da expectativa [de chuva], precisamos continuar o trabalho para nos prepararmos para um volume chuvoso que não seja suficiente.

O presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), reconheceu que a situação é delicada, mas elogiou o governo por congregar diversos órgãos e entidades na tentativa de preservar o rio.

— O ponto positivo é que não teremos o colapso hídrico para os perímetros irrigados — disse o senador, fazendo referência a regiões de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe.

O relator da comissão, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), relatou viagem que fez há três anos pelo interior do Nordeste. Ele disse que os rios intermitentes chamaram a atenção e afirmou que “é muito triste ver um rio cujo leito são pedra e areia”. Na Região Sul, acrescentou o relator, muitos rios estão hoje com metade do volume que tinham há poucas décadas. Para o deputado, os órgãos do governo precisam encarar com muita seriedade a situação do São Francisco, para que o rio não fique comprometido.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (3º à esq.) coordena debate sobre as perspectivas da política energética do país

# Faltam ações práticas para garantir direitos de idosos, dizem debatedores

Entre os problemas apontados pelos especialistas, em audiência, estão falta de casas de acolhimento e de abrigos para vítimas de violência

SEM A PRESENÇA de representante do governo federal, pois a convidada esperada faltou à audiência pública, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debateu ontem a atual conjuntura das políticas destinadas a assegurar os direitos dos idosos. A avaliação foi desfavorável à atuação das diferentes esferas de governo, que não estariam sendo capazes de transformar em ações práticas o conjunto de políticas e programas previstos em leis para garantir qualidade de vida à crescente população idosa, hoje mais de 25 milhões de pessoas.

Uma das questões citadas foi o reduzido alcance das ações de saúde, seja para prevenir problemas do envelhecimento, seja para tratar doenças comuns aos idosos. Outra dificuldade é a carência de vagas em casas de acolhimento para os que não podem ser atendidos pelas famílias. Também não há necessária oferta de programas para que os idosos se mantenham ocupados, produtivos e integrados à sociedade. Ainda mais grave são as situações de violência a que muitos são submetidos, normalmente dentro do ambiente familiar.

— O resultado da audiência foi excelente, pois conseguimos abrir um canal de contatos com pessoas e instituições que vão nos ajudar a cobrar o que hoje está bem claro e perfeito nas leis e programas, mas sem eficiência na operacionalização. Existe um fosso grande separando o governo federal dos estados e municípios na proteção ao idoso — afirmou o senador Elmano Férrer (PTB-PI), que propôs o debate.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que a questão do idoso é um dos temas que mais lhe sensibilizam. Citou projeto de iniciativa dele, que já passou no Senado e agora está na Câmara dos Deputados, que define as atribuições do cuidador de idoso e regulamenta as condições de funcionamento das instituições de longa permanência (PLS 284/2011). Ele lamentou que a proposta esteja demorando para ser analisada pelos deputados.

A CAS, presidida pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA), decidiu que convocará novamente a coordenadora da área de direitos dos idosos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Neusa Pivatto Muller, que deve prestar escla-



Lobão coordena audiência que apontou o despreparo do país para garantir qualidade de vida aos 25 milhões de idosos

recimentos sobre a condução das políticas nacionais para esse segmento populacional. A ausência dela motivou críticas por parte dos senadores.

## Envelhecimento

A médica geriatra Karla Cristina Giacomini, também professora universitária em gerontologia, lamentou a dificuldade que hoje a sociedade tem em compreender a marcha de envelhecimento da população. Daqui há 25 anos, disse, um em cada quatro brasileiros serão idosos. Por isso, segundo a médica, é necessário o país resolver os entraves das políticas atuais e ainda se preparar para as maiores exigências do futuro.

— A gente dá as costas para essa realidade e enfia para debaixo do tapete como se fosse uma sujeira que não se quer ver. Chega de colocar a velhice brasileira debaixo do tapete!

Karla Cristina citou a evolução das taxas de natalidade da própria família para demonstrar a mudança da pirâmide populacional, afetando a prática secular de os idosos serem cuidados pelos descendentes, sobretudo as mulheres. Observou que sua avó teve 16 filhos e que sua filha mais velha gerou 6. A primogênita dessa prole teve apenas duas filhas, que talvez possam ser mães de um filho, no máximo. Assim, observou, faltarão descendentes para compartilhar o cuidado do familiar idoso.

— Então, quem vai cuidar de nós? Até quando vamos depositar sobre a família o ônus integral do cuidado do idoso? — ela questionou, cobrando a atuação do Estado.

Marília Berzins, que dirige o Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento, disse que as famílias não po-

dem ser “culpabilizadas” pela impossibilidade de cuidar de seus idosos. Observou que a mulher, a quem principalmente cabia essa atenção, precisou sair para o mercado de trabalho, o que foi fruto de uma necessidade econômica e social, além de busca por autonomia.

— Não há porque culpabilizá-las por suas conquistas.

Para a expositora, o país já alcançou níveis razoáveis de longevidade, mas agora precisa assegurar o envelhecimento com qualidade. Para isso, entre outras medidas, pediu a integração de cuidadores profissionais nas equipes de atendimento social às famílias, que poderão prestar cuidados essenciais em domicílio, para os idosos que não dependam de atenção permanente.

## Abrigo

Marília também cobrou a implantação de centros que possam acolher os idosos durante o dia, enquanto os familiares cumprem as rotinas de trabalho, além da ampliação da rede de abrigo para idosos. Segundo ela, na cidade de São Paulo só há 400 vagas em unidades de acolhimento permanente geridas pelo poder público. Se desejar pagar por vaga em centro particular, a família pode ter que desembolsar até mais de R\$ 15 mil por mês.

Juíza e coordenadora da Central Judicial do Idoso, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Monize da Silva Freitas Marques disse que os magistrados e outras categorias do sistema judicial têm sido criticados por suposto “ativismo” quando demandam ao poder público medidas de assistência ao idoso que estão em lei e não são cumpridas.

Cita, por exemplo, decisões para que sejam garantidas internações ou vagas em instituições de acolhimento.

— Temos consciência de que uma decisão judicial não tem força material para abrir uma UTI, mas os juízes acabam tendo essa atuação mais ativa porque os demais Poderes estão se omitindo — disse.

A defensora pública Paula Regina Ribeiro, do Distrito Federal, que já participou do Conselho Nacional do Idoso, centrou as críticas sobretudo no Executivo. Ela observou que já são mais de 20 anos desde a implantação de política nacional específica para os idosos, além de 12 anos de vigência do Estatuto do Idoso. No entanto, disse, na prática pouca coisa mudou.

No caso do DF, afirmou, teria havido retrocesso, com redução das vagas nos centros de convivência, de 976 para 704, desde o ano passado.

— O idoso está num fosso social. Digo que não precisamos mais de leis “compridas”, mas sim de leis “cumpridas”.

## Violência

Daniela Barros Tavares de Melo, delegada de polícia no Piauí que atua na Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso, descreveu a realidade de violência contra os idosos, em que os agressores são frequentemente os familiares. Segundo ela, um problema comum é que, após o recebimento das denúncias e feito o resgate, a delegacia sempre se depara com um problema: não encontra instituição onde abrigar a vítima.

A audiência contou com participação de deputados integrantes da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Idoso.

## Malta: governo deve dar benefício a pescador

Diante da tragédia do rompimento da barragem da empresa Samarco, que lançou rejeitos de mineração no Rio Doce, Magno Malta (PR-ES) pediu ao governo que cancele a portaria que suspende o pagamento do seguro-defeso, benefício concedido a pescadores na época em que a pesca fica proibida para garantir a reprodução dos peixes.

Ele explicou que pescadores, como os que ele visitou na terça-feira em Regência (ES), estão sofrendo porque não há peixes no rio. Ele acrescentou que, pela previsão mais otimista dos biólogos, o rio precisará de dez anos para se recuperar.

Malta disse que é preciso tomar providências para que empresas que extraem minérios, como a Samarco e a Vale, paguem por seus crimes ambientais.

— Nós não podemos ficar assistindo ao presidente da Vale e ao presidente da Samarco dizendo na televisão: “Ainda não sabemos o que fazer” — disse.

## Para Perrella, empresa precisa pagar por tragédia

Zeze Perrella (PDT-MG) disse que há anos Minas Gerais está sendo explorada e sofre com danos ambientais terríveis decorrentes da mineração.

O senador advertiu que é preciso haver fiscalização e pediu que os estados onde as mineradoras operam sejam recompensados pelos prejuízos causados pela exploração mineral, como ocorre nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

— O maior índice de doenças pulmonares está nas regiões onde as mineradoras operam. Elas não têm a menor preocupação com o ser humano. Essa tragédia serviu para mostrar a todos nós que esse pessoal tem que ser vigiado, tem que ser cobrado, tem que pagar, porque o que fizeram em Minas Gerais é um crime. Oitocentos quilômetros de rio totalmente destruídos, flora destruída, pessoas sofrendo. É uma tragédia que não dá nem para descrever — protestou o senador.